



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2011
(do Sr. Duarte Nogueira)

Requer sejam convidados para audiência pública os Senhores Fábio Hansen, ex-chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e Charles da Rocha, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte para prestar esclarecimento acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades no âmbito do Ministério dos Esportes.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção de providências necessárias no sentido de que sejam convidados a comparecer a esta Comissão em data e hora a serem agendados, os Senhores **Fábio Hansen**, ex-chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e **Charles da Rocha**, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, para prestar esclarecimento acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades no âmbito do Ministério dos Esportes.



JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira, recentemente, tomou conhecimento de denúncias estarrecedoras envolvendo a atuação do Ministério dos Esportes, notadamente por meio do Programa Segundo Tempo, política pública desenvolvida no âmbito daquela pasta.

Inicialmente, as denúncias chegaram ao conhecimento público por meio de reportagem publicada na Revista Veja, mas logo atingiram praticamente todos os meios de comunicação. Passados alguns dias, surgem novos fatos e novas provas e aumentam o número de envolvido, entre os quais se incluíam os convidados neste requerimento.

Novamente a Revista "Veja", em matéria publicada em 22.10.2011, traz à baila graves denúncias de ilícitos praticados em programas do Ministério dos Esportes:

"A coisa fugiu do controle"

Ameaçados, assessores de Orlando Silva ajudaram o policial João Dias a se livrar de punição inclusive orientando-o sobre como deveria enganar a fiscalização do próprio ministério

Havia tempo se sabia que o Ministério do Esporte, um território comandado pelo PCdoB desde o primeiro ano do governo Lula, se transformara numa verdadeira fábrica de moeda para os cofres de entidades ligadas aos comunistas. Na semana passada, VEJA trouxe uma entrevista com um dos gerentes dessa máquina de fazer dinheiro. Militante do partido, pelo qual chegou a se candidatar nas eleições de 2006, o policial João Dias Ferreira detalhou o funcionamento do esquema de corrupção que ele conhece muito bem - não por ouvir falar, mas por participar ativamente do processo desde a sua gênese. Dono de organizações não governamentais (ONGs) ligadas ao partido que receberam e desviaram 2 milhões de reais, ele



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contou em detalhes como o dinheiro do programa que deveria ajudar crianças pobres financiava as campanhas políticas do partido. E a grande novidade: que o ministro Orlando Silva não só sabia como planejou e se beneficiou dos desvios, inclusive recebendo caixas de dinheiro na garagem do ministério.

A denúncia do policial levou o ministro à lona e, aberta a contagem, ele tentou se reerguer, acusando seu acusador: "Estou estupefato, perplexo. Um bandido fala, e eu que tenho que provar que não fiz, meu Deus?", disse ele, em entrevista a VEJA. A reação, porém, não foi suficiente. A presidente Dilma Rousseff, desde o início do governo insatisfeita com o desempenho de Orlando à frente de um ministério que a cada dia agrega mais valor estratégico pelo papel de coordenação e organização da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016, instou o ministro a apresentar explicações mais convincentes. Ele bem que tentou. Por dois dias seguidos, foi ao Congresso se defender da metralhadora do policial. Comportando-se como se dirigisse um mosteiro e fingindo não ter nada a ver, com o turbilhão de irregularidades, do programa Segundo Tempo denunciadas repetidamente há mais de três anos e que já somam mais de 45 milhões de reais em desvios oficialmente comprovados, o ministro, ainda assim, insistiu na estratégia de desqualificar o denunciante, desafiando-o a apresentar provas.

VEJA teve acesso a uma reveladora conversa entre o policial João Dias e dois assessores do ministro Orlando Silva - e ela prova que o policial, classificado agora pelo ministro como "bandido", gozava de inacreditáveis privilégios dentro do ministério. Privilégios que permitiam ao policial conversar abertamente sobre desvios de dinheiro. Privilégios que permitiam ao policial revelar inconfidências dos camaradas comunistas. Privilégios que permitiam ao policial ouvir confidências comprometedoras dos assessores. Privilégios que permitiam ao policial receber orientações sobre com enganar os órgãos de fiscalização do próprio ministério. Privilégios, enfim, inexplicáveis concedidos a alguém acusado de desviar dinheiro e concedidos por quem deveria zelar pela moralidade. A gravação, feita pelo próprio



policial, mostra que fazia tempo que João Dias ameaçava contar o que sabia envolvendo o partido e seus figurões. Trata-se de uma reunião ocorrida em abril de 2008, que **contou com a participação de Fábio Hansen, então chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional, que cuida do Programa Segundo Tempo, e Charles Rocha, o irmão do chefe de gabinete da secretaria executiva do ministério.** Os dois, portamo, integrantes da cúpula da pasta e muito próximos de Orlando Silva. João Dias estava preocupado com um documento encaminhado à Polícia Militar pelo ministério que o responsabilizava por irregularidades na execução do programa. Aquilo poderia custar-lhe o emprego. Os diálogos deixam claro que havia consenso entre as partes e que todos estavam ali para arrumar um jeito de salvar a pele do policial. "Eu só posso dizer a você duas coisas: primeiro, nós vamos apurar que m ... é essa, a coisa fugiu do controle e por isso estamos abrindo uma outra frente. Isso é um absurdo, está errado, ames de mais nada tá errado (...) Como é que você tá sendo cobrado em 3 milhões?", diz **Fábio Hansen** na gravação. João Dias reclama da suposta traição e ameaça:

"Nego tá querendo colocar a mão no ministro ... ". "Porque se eu quisesse me livrar, pegar os caras certos, nós pegariamos", diz o policial. A reunião avançou noite adentro e teve momentos de tensão. "O que nós estamos remando aqui é tentar remediar a m ... que foi feita", diz **Fábio Hansen**. O "remédio" para o problema ele detalha em outro trecho da reunião. "A gente pode mandar lá um ofício desconsiderando o que a gente mandou", sugere **Charles Rocha**. Hansen completa: "Você faz três linhas pedindo prorrogação de prazo". Depois recomenda que se processe uma fraude, apresentando um pedido de prazo "com data anterior à notificação". "Imediatamente a gente faz isso, passa por fax, para o mesmo que foi encaminhado o outro, e a gente manda um portador entregar (...) na mesma hora", diz Hansen. O roteiro foi seguido à risca. Quatro dias depois, o ministério enviou à PM um documento pedindo que o anterior fosse desconsiderado. Detalhe: o convênio cujo prazo para prestação de contas estava sendo prorrogado nessa artimanha havia



vencido dois anos antes.

Com tudo resolvido, o clima da reunião ficou mais ameno - a ponto de surgirem confidências constrangedoras o policial revelou que militantes sumiram com o dinheiro que deveria ter sido desviado para o partido. **"O Fredo recebeu 800 paus nessa parada", disse, referindo-se ao ex-deputado Fredo Ebling, dirigente do PCdoB apontado como um dos encarregados de coletar propina e entregá-la a Orlando Silva. João Dias não é contestado. Pelo contrário.** A novidade provoca gargalhadas entre os convivas. Antes de terminar, Hansen, que continua como mandachuva do Segundo Tempo, faz uma revelação: "Nós conversamos com Agnelo hoje. O Agnelo estava indignado. O Agnelo nos chamou de moleques hoje. C ..) O Agnelo ficou p., ficou indignado. Falou: "Vocês não sabem o estado em que está o João". Agnelo, àquela altura, já havia repassado o comando do ministério a Orlando Silva. Hoje, ele é o governador do Distrito Federal pelo PT e, segundo insinua seu sucessor, o verdadeiro responsável pelas irregularidades do programa.

Fábio Hansen não quis dar entrevista. O Ministério do Esporte informou que não havia intenção de proteger João Dias. Prova disso é que um terceiro documento informando sobre a abertura de uma auditoria nos convênios do policial foi enviado à PM - só que um ano e quatro meses depois da inexplicável, inacreditável e reveladora reunião.

Como se pode verificar da reportagem transcrita na íntegra, todos senhores cujo convite para audiência pública se requer estariam, em tese, diretamente relacionados com os fatos que se passaram no âmbito do Ministério dos Esportes. E essa circunstância é, por si só, suficiente para justificar seu comparecimento nesta Comissão.

Ademais, é importante destacar também que a Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

No mesmo sentido, o art. 70 da Constituição Federal determina que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional**, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

Portanto, a realização da Audiência Pública que ora requeremos compreende-se nas atribuições essenciais do Congresso Nacional e é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos, bem como para que se possa definir as providências a adotar no caso em tela.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP